

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 02/12/2015

- [Livro conta histórias de jovens moradores do Coque](#)
- [Mortalidade infantil no país chega ao menor patamar: 14,4 por mil nascidos vivos](#)
- [Mães de crianças com microcefalia fazem campanha informativa no Facebook](#)
- [Jovens dos países mais pobres são mais vulneráveis à propaganda de cigarro](#)
- [Bebês apresentam um novo sintoma](#)
- [Governo poderá distribuir repelente para grávidas](#)
- [Comissão da Câmara dos Deputados aprova Projeto que cria Cadastro Nacional de Pedófilos](#)
- [UNICEF sensibiliza as pessoas no Natal para que escolham presentes que salvam vidas em todo o mundo](#)

**Assunto:** Livro conta histórias de jovens moradores do Coque

**Fonte:** Jornal do Comércio de PE

**Data:** 02/12/2015

**jornal do  commercio**

Publicação, lançada terça-feira (01), foi escrita por 71 alunos da Erem Joaquim Nabuco.



**Livro foi escrito por 71 alunos da Erem Joaquim Nabuco. Traz relatos da vida dos jovens**

Lucas, Camila, Julio, Alisson, Liliane, Victor, Sue Ellen e Rebeca moram na comunidade do Coque, na Ilha Joana Bezerra, área central do Recife. As histórias deles e de mais outros 63 adolescentes estão contadas em um livro construído coletivamente. São pequenos relatos,

redigidos na primeira pessoa, que mostram o cotidiano desses estudantes, as dificuldades que vivenciam, seus sonhos. Mais que um exercício de leitura e escrita, a publicação é um convite para os leitores refletirem sobre o universo de jovens que moram num bairro pobre e carente de estrutura.

Idealizado pela professora Izabel Sena, *A História de Vida dos Estudantes do Coque* foi lançado ontem à tarde, no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Cidade Universitária, Zona Oeste do Recife. Todos os 71 autores são alunos do ensino médio da Escola de Referência Joaquim Nabuco, que fica no bairro de São José, vizinho à Ilha Joana Bezerra. “Considero o livro uma aula de resiliência. Os jovens mostram que conseguem ser fortes e felizes mesmo diante das dificuldades e dores que enfrentam”, ressalta Izabel.

A ideia do livro surgiu ano passado. A escola, da rede estadual, tem cerca de 500 alunos, dos quais 98% residem no Coque. Todos foram convidados a participar. Izabel, que também é a diretora da unidade de ensino, pediu ajuda dos professores de português. Três começaram a empreitada, mas somente um, George André Bezerra, foi até o fim. Uma vez por semana, os interessados - inicialmente cem jovens toparam - se juntavam para participar de oficinas de leitura e escrita. Em seguida houve o processo de redação dos textos.

“Com simplicidade, verdade, coragem e beleza, os estudantes conseguiram escrever sobre a história de suas vidas. Eles dão lições de vida, exemplificando que para ser feliz não precisa muito”, observa o professor George André, no prefácio do livro. Foram impressos 300 exemplares, com apoio financeiro do Ministério da Educação, por meio do Projeto de Ensino Médio Inovador (ProEMI). Os volumes não estão à venda. Serão distribuídos entre os jovens. “Mas vamos doar alguns para a Biblioteca Pública do Estado, que fica ao lado do Parque 13 de Maio”, diz Izabel.

## HISTÓRIAS

Liliane Cândida, 17 anos, aluna do 3º ano do ensino médio, foi uma das autoras. “Contei sobre a dificuldade dos meus pais em manter nossa família. Houve vezes que não tínhamos o que comer. Hoje é diferente, minha mãe é empresária, nossa vida está bem melhor”, comenta Liliane. “O Coque é um bom lugar para viver, somos uma comunidade muito participativa. Mas queria que houvesse menos violência”, diz a adolescente.

Sue Ellen Barros, 17, da mesma série, afirma no seu texto que sonha em ter um bom emprego. “Quero crescer na vida, formar uma família legal”, planeja a jovem. Para Julio Floriano, 17, o bom de morar no Coque é a localização da comunidade. “Estamos perto de tudo. Na infância, rodei pião, empinei pipa, joguei bola de gude. Hoje a maioria das crianças não faz isso, só quer saber de computador”, comenta o rapaz.

**Assunto: Mortalidade infantil no país chega ao menor patamar: 14,4 por mil nascidos vivos**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 02/12/2015**

**jornal do  commercio**

Números foram divulgados nesta segunda-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que publicou a Tábua Completa de Mortalidade no Brasil.



**Em 1991, a mortalidade infantil chegou a 45,1 por mil**

A mortalidade infantil no Amapá em 2014 foi quase duas vezes e meia maior que no Espírito Santo, estado com a menor proporção de crianças mortas antes de um ano a cada mil nascimentos.

Os números foram divulgados nesta segunda-feira (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que publicou a Tábua Completa de Mortalidade no Brasil. No país, a média é 14,4 crianças mortas antes de completar um ano para cada mil que nascem, mas, no Amapá, a proporção chega a 23,7. No Espírito Santo, o número fica em 9,6.

Além do Amapá, o Maranhão (23,5), Alagoas (22,4), Rondônia (20,8), o Piauí (20,4) e o Amazonas (19,4) têm taxas de mortalidade infantil duas vezes maiores que a do estado da Região Sudeste que apresenta os melhores índices do país.

Santa Catarina (9,8), o Paraná (10,1) e o Rio Grande do Sul (10,2) ocupam a segunda, terceira e quarta posições no ranking nacional.

Segundo o IBGE, os indicadores dos melhores estados brasileiros ainda estão distantes de países desenvolvidos como o Japão e a Finlândia, onde a taxa é dois mortos para cada mil nascidos vivos. Outros países em desenvolvimento, como a China e a Rússia, também ficam à frente da média brasileira, com 10,6 e 7,8 por mil, respectivamente

A Índia e a África do Sul têm taxas bem maiores, inclusive que os estados mais pobres do Brasil, com 37,6 e 35,9 por mil, respectivamente. Regiões mais pobres do mundo, como a

África Ocidental e Central, chegam a ter países em que a taxa atinge 90 mortes antes de um ano para cada mil nascimentos.

A série histórica do IBGE mostra que a mortalidade infantil caiu mais de 90% ao longo do século 20 e no começo do século 21 e se encontra hoje em seu menor patamar. Em 1940, 146,6 crianças morriam antes de um ano para cada mil nascidas vivas. Em 1970, a taxa desceu para menos de 100, atingindo 97,6 por mil.

Em 1991, a mortalidade infantil chegou a 45,1 por mil e, no ano 2000, encerrou o século 20 em 29 por mil. Com o fim da primeira década do século 21, em 2010, a mortalidade infantil no país chegou a 17,2 por mil.

O indicador continuou caindo nos últimos cinco anos: em 2011 foi 16,43 por mil, em 2012 chegou a 15,69 por mil, em 2013, a 15,02, e, em 2014, a 14,4.

**Assunto: Mães de crianças com microcefalia fazem campanha informativa no Facebook**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 02/12/2015**

**jornal do  commercio**

Casos de crianças com microcefalia cresceu de 147 no ano passado para 1.248 este ano.



**Mães fazem campanha no Facebook sobre microcefalia**

forma depreciativa, sem saber do que se trata e isso magoa as famílias de quem tem alguém especial”

Lucélia disse que a ideia da campanha é divulgar informações pelas redes sociais sobre essa malformação, que pode surgir durante a gestação e também depois do nascimento. Além disso, as organizadoras querem dar suporte às famílias que estão recebendo o diagnóstico.

As causas são as mais variadas, podem ser desde alterações genéticas a infecções, como as causadas por citomegalovírus e por toxoplasmose, e o uso de álcool e drogas durante a gravidez. No último sábado (28), o Ministério da Saúde confirmou que os novos diagnósticos estão relacionados à infecção das gestantes pelo vírus zika, que começou a circular no Brasil este ano, relação inédita na literatura médica de todo o mundo.

“A microcefalia, que é quando a pessoa tem a cabeça pequena, é um sinal. Precisamos ir atrás do que causou”, afirmou a neuropediatra Vanessa Van der Linden, do Hospital Barão de Lucena e presidente da Associação de Assistência à Criança Deficiente, ambos no Recife, em entrevista à Agência Brasil.

O recém-nascido deve ter pelo menos 33 centímetros de perímetro cefálico, medida feita em volta da cabeça, na área logo acima dos olhos. Quando essa medida não ultrapassa os 32 centímetros, a medicina considera um caso de microcefalia.

Depois do aumento significativo do número de crianças com microcefalia, que passou de 147 no ano passado para 1.248 este ano, um grupo de mães do Facebook resolveu criar a campanha informativa "Eu Amo Alguém com Microcefalia". Segundo Lucélia Freitas, mãe de Crystian, de 13 anos, que tem microcefalia, “as pessoas começaram a falar como se fosse contagiosa, de

De acordo com a especialista, os novos casos que surgiram em Pernambuco tinham sinais parecidos com os causados por agentes infecciosos, porém, ao serem examinados para toxoplasmose e citomegalovírus, os agentes mais comuns, o resultado era negativo. “A relação com o zika veio quando percebemos que as mães citaram exantema (manchas vermelhas) durante a gravidez”, relatou a médica que, ao perceber o aumento de casos, acionou o governo do estado.

Vanessa contou que as crianças serão acompanhadas por especialistas, com avaliação visual, cardíaca e auditiva, para ver o que vem junto desses novos casos. “É uma doença nova, temos que avaliar. Por exemplo, citomegalovírus dá muita deficiência auditiva, que às vezes aparece até o fim do primeiro ano do bebê. Esses casos são totalmente novos no mundo e a avaliação tem que ser contínua para ver o que vem junto [da microcefalia].

Com inúmeros fatores causadores, a microcefalia não tem um padrão de sequelas. Alguns conseguem ter vida normal, outros não conseguem andar ou falar e são muitos os que têm comprometimento mental. Há ainda casos que vêm acompanhados de cegueira, catarata, surdez, problemas cardíacos, no aparelho digestivo e epilepsia. Em muitos casos, o acompanhamento de especialistas, com fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos e neurologistas, pode diminuir as consequências da malformação, mas os estímulos têm que ser feitos o quanto antes.

#### Dedicação

Totalmente dedicada a cuidar do filho, Lucélia descobriu a microcefalia quando Crystian tinha seis meses. A malformação foi decorrente de uma paralisia cerebral na hora do parto. “A primeira reação foi não aceitar, me desesperar porque eu não sabia o que fazer. Em seguida, fiquei pensando que um remédio poderia curar, que ia passar, mas logo depois vem a realidade: ele precisa de mim. Depois de procurar especialistas e ter contato com outras pessoas, vi como podia cuidar do meu filho da melhor forma”.

Hoje, aos 13 anos, Crystian não fala e nem caminha, mas o laço entre ele e a família fez com que todos se entendessem. “Ele, o seu sorriso, a alegria, tudo isso me dá força para continuar”, contou emocionada a mãe. Segundo ela, os melhores momentos para o filho são ouvir música e assistir televisão com a avó. “Ele só gosta de música boa, curte Marisa Monte, Caetano Veloso, e se sente confortável ouvindo o que gosta. Na TV, morre de rir vendo o Ratinho”, disse Lucélia, que deixou o trabalho de monitora de creche, assim que Crystian foi diagnosticado, para se dedicar integralmente a ele.

Quando está com fome, quer ir ao banheiro ou sente alguma dor, o garoto se manifesta com expressões corporais. “A gente entende”, disse Lucélia, que mora na Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal.

Nanny Costa, que mora em Valparaíso de Goiás, cidade situada no entorno do Distrito Federal, também soube que a filha Beatriz tem microcefalia meses depois do nascimento. “Tive gravidez normal, ela nasceu bem, só quando tinha dois meses me disseram que o perímetro cefálico era um pouquinho menor”, relatou a mãe. Agora, aos 9 anos, Bia não tem o diagnóstico do que causou a malformação no cérebro. “Ela ainda não anda, não fala, mas vai fazer tudo no tempo dela. Minha filha é perfeita e muito amada”.

Nanny disse que se encontrasse com a mãe de um bebê diagnosticado com microcefalia, iria falar do quanto ama sua filha, que ela não se desespere e tenha foco no cuidado. “Ela adora ver desenhos, vai para a escola e tem os amiguinhos que a apoiam”, relatou.

Tanto Lucélia quanto Nanny estão usando a internet para dar apoio às gestantes que terão filhos com a malformação. “Eu tive muito apoio de mães de crianças especiais, agora estou no grupo do Face [Pais de crianças com microcefalia, síndromes e outras deficiências] para ajudar quem está entrando nesse mundo. A união de pessoas na mesma situação ajuda muito”, ressaltou Lucélia.



**Assunto: Jovens dos países mais pobres são mais vulneráveis à propaganda de cigarro**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 02/12/2015**

**jornal do  commercio**

Estudo, que começou em 2005, é o primeiro a comparar os níveis de publicidade das empresas em 16 países.



**Publicidade continuar a ser um aspecto fundamental na adesão de novos fumantes**

Os jovens dos países mais pobres são mais vulneráveis à publicidade das empresas fabricantes de cigarro e correm o risco de ser fumantes prematuros, alerta hoje (1º) estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS). Em geral, os produtores de cigarros expõem a população dos países com menos recursos econômicos a uma publicidade mais intensa e agressiva do que a dos que vivem em países com um nível de vida superior, acrescenta o relatório.

O estudo, que começou em 2005, é o primeiro a comparar os níveis de publicidade das empresas em 16 países. A data de início do estudo coincide com a entrada em vigor da Convenção-Marco sobre o Tabaco, que, entre outros aspectos, inclui controle rigoroso da publicidade de cigarros.

Os dados mostram que apesar das proibições, a publicidade continuar a ser um aspecto fundamental na adesão de novos fumantes. Os anúncios dirigem-se especialmente aos jovens, pois está demonstrado que se forem submetidos a uma maior publicidade, começam a fumar antes e continuam a fazê-lo quando adultos.

Uma maneira de atrair consumidores mais jovens é a forma como se vende o produto. Segundo o relatório, nos países mais pobres mais de 64% das lojas selecionadas vendem cigarro avulso, muito acima dos quase 03% de estabelecimentos que o fazem nos países desenvolvidos. Essa fórmula de venda permite que as crianças e os adolescentes comprem o produto mais barato, já que, muitas vezes, não podem comprar um maço completo.



O relatório destaca ainda uma queda na venda de tabaco nos países desenvolvidos. Entre 2009 e 2012, observou-se que as nações mais pobres têm 81 vezes mais publicidade nas ruas que as mais avançadas. Os peritos da OMS alertam que a publicidade é uma “ameaça iminente”.

**Assunto: Bebês apresentam um novo sintoma**

**Fonte: Diário de PE**

**Data: 02/12/2015**

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

Bolhas pelo corpo podem estar sendo causadas por bactéria, vírus ou arboviroses - doenças transmitidas por mosquitos



**O incomum do quadro, segundo os médicos, são as bolhas pelo corpo**

Um novo quadro infeccioso pode estar acometendo crianças de até dois anos, em Pernambuco, e motiva uma investigação por infectologistas do Hospital Universitário Oswaldo Cruz (Huoc). Há pelo menos duas semanas, uma sequência de bebês deu entrada na unidade e também no Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip) com febre, irritabilidade e manchas vermelhas que evoluem para bolhas em todo o corpo. O quadro, incomum em crianças

dessa idade, inspira cuidado e ainda está sem diagnóstico definido.

A princípio, os especialistas descartam qualquer relação com a microcefalia, já que todos os bebês investigados têm perímetro encefálico fora da faixa descrita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para microcêfalos. As principais hipóteses levantadas pelos infectologistas é de que o quadro pode ter relação com uma manifestação diferente da dengue, zika ou chikungunya; ser uma nova manifestação de enterovírus; ser causado por bactérias como a estreptococos e a estafilococos; ou ainda ser uma associação das arboviroses com outra infecção.

O incomum do quadro, segundo os médicos, são as bolhas pelo corpo. Elas começam a aparecer geralmente no terceiro dia de doença. Pelo menos oito crianças deram entrada no Huoc com essa característica. Algumas delas do Recife e Olinda, outras de municípios como Pesqueira e Arcoverde. “No serviço de infectologia, costumamos receber casos mais inusitados. Mas, diante do contexto em que estamos vivendo, tudo o que aparece de novo é motivo de investigação cuidadosa”, lembra a chefe da infectologia pediátrica do Huoc, Ângela Rocha.

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) já foi informada da situação, segundo Ângela Rocha. Na semana passada, pelo menos duas enfermarias do Huoc permaneceram cheias apenas com

pacientes com esse quadro. A maioria das crianças tem menos de seis meses e algumas delas estão precisando ficar internadas.

### **Susto**

A dona de casa Mariana Honório, 31 anos, tomou um susto quando viu as bolhas em todo o corpo da filha Esther, de 50 dias. Enquanto também estava doente, a moradora do município de Arcoverde, no Sertão, precisou acompanhar a filha no internamento. “Fiquei com manchas, mas, na menina, começou com uma febre acima de 39 graus que não passava. Depois piorou e só não saiu bolha no rosto. Elas estouraram, parece queimadura. Minha filha não aguenta nem colocar fralda, grita de dor”, contou ela, enquanto estava internada com a criança no Huoc.

A infectologista Regina Coeli lembrou que a investigação não é motivo para pânico, mas requer atenção das mães. “Ainda são poucos casos, mas é preciso que as mães fiquem atentas e levem para unidades de saúde, para o pediatra avaliar. Crianças nessa faixa etária têm um sistema imunológico mais frágil.”

<b>Assunto: Governo poderá distribuir repelente para grávidas</b>
<b>Fonte: Diário de PE</b>
<b>Data: 02/12/2015</b>



Para que haja resultados efetivos, será preciso que as gestantes adotem outras medidas em conjunto, segundo o Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde avalia a possibilidade de distribuir repelentes para gestantes como uma estratégia para tentar conter o avanço da epidemia de bebês com microcefalia no Brasil. Ainda não há um consenso sobre a adoção da medida, mas o ministro da Saúde, Marcelo Castro, admitiu ao jornal O Estado de S.Paulo que a hipótese está em discussão pela sua pasta. “Estamos avaliando todas as possibilidades”, disse.

Outra medida avaliada pela equipe do governo é a distribuição de telas para serem colocadas nas casas. Castro disse que, a exemplo da distribuição dos repelentes, ainda não há um consenso sobre o assunto. “Por enquanto, recomendamos o uso. A distribuição, se acertada, será numa outra etapa”, completou.

Dentro do ministério, há resistências para a adoção da medidas, em razão do seu alcance limitado e pela polêmica que a atitude poderá provocar. Não há garantias de que gestantes de fato usarão o repelente. O raciocínio é o mesmo para telas de proteção. Para que haja resultados efetivos, seria preciso que a gestante adotasse outras medidas em conjunto.

Críticos da proposta afirmam que as duas medidas poderiam enfraquecer a principal mensagem do governo que é tentar reduzir o número de criadouros do *Aedes aegypti*, vetor do zika vírus, da dengue e de chikungunya. Levantamento feito pelo Ministério da Saúde mostra que, dentre 1.792 municípios, quase 50% (864) estão em situação de alerta e de risco para as doenças, em razão do alto número de focos do mosquito.

Defensores da proposta, por sua vez, afirmam que todos os mecanismos de contenção da doença devem ser usados, mesmo que de alcance limitado. Um dos argumentos usados é o de que a distribuição, em vez de desmobilizar, reforçaria a mensagem de que a situação é grave e que todas as medidas devem ser adotadas para conter o avanço da microcefalia.

### **Avanço**

A malformação, considerada rara, teve um aumento súbito neste ano. Além da explosão do número de casos, a doença se alastra numa velocidade que impressiona governo e autoridades sanitárias.

O problema, que na primeira semana estava restrito a estados do Nordeste, já atinge a região Centro-Oeste e o Rio. Além disso, foram notificadas sete mortes. Uma delas foi confirmada.

Por enquanto, o governo sugere que mulheres se protejam contra picada do mosquito usando repelentes, protegendo suas casas com telas e usando roupas de mangas longas.

**Assunto: Comissão da Câmara dos Deputados aprova Projeto que cria Cadastro Nacional de Pedófilos**

**Fonte: IBDFAM**

**Data: 02/12/2015**



No último mês, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou, com emenda, o Projeto de Lei (PL) 629/15, do deputado Vitor Valim (PMDB-CE), que cria o Cadastro Nacional de Pedófilos, com o objetivo de reunir informações de condenados pelo crime de pedofilia.

De acordo com o autor, o cadastro não gerará custos e vai ajudar no combate à prática da pedofilia no País. Conforme o Projeto, o cadastro será mantido pelo Ministério da Justiça, que já opera a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG) – banco de dados sobre segurança pública.

O relator na Comissão, deputado José Priante (PMDB-PA), disse que o cadastro preenche uma lacuna nas políticas voltadas para a repressão aos crimes sexuais praticados contra crianças. Ainda segundo o relator, facilitará o trabalho dos órgãos responsáveis pelo controle penal desses criminosos.

Ao recomendar a aprovação do Projeto, Priante acolheu sugestão de outros deputados e emendou o texto para excluir do Projeto a expressão “suspeitos”, por considerar que somente o nome de condenados deve constar do cadastro proposto. O Projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O juiz Elio Braz Mendes, professor de Direito da Infância e Juventude da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE) e membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), observa como inapropriada a criação de um cadastro sobre pessoas que sofrem de transtorno de comportamento sexual para fins de política criminal ou policial, sem antes existir um tratamento conceitual e científico sobre essas mazelas e suas decorrentes variáveis comportamentais. “O estado não tem como evitar o acesso incorreto dessas informações e redundar em prejuízo das pessoas consideradas pedófilas. Antes, é preciso desenvolver políticas de saúde mental para atender as pessoas e as famílias que sofrem com este problema de saúde, para depois preparar equipes no Poder Judiciário e na polícia capazes de conduzir as dinâmicas familiares e seus agressores, para que a responsabilização criminal ocorra em compasso com o tratamento médico e psiquiátrico”, argumenta.

Segundo o juiz, o projeto parece ser apenas de caráter punitivo e policialesco, sendo preparatório para as distorções que uma informação de tal natureza poderia provocar na vida de um agressor e de sua família. “É preciso discernir o criminoso sexual do pedófilo, pois nem todo pedófilo é criminoso sexual e nem todo criminoso sexual é pedófilo. Enfim, tal Projeto serviria apenas para aumentar o ódio e o preconceito contra as pessoas. Ademais, a nossa polícia não tem equipes interdisciplinares para atendimento especializado e definir

quem é pedófilo ou não. Para isso, faz-se necessário um atendimento de especialista e com tempo para um diagnóstico preciso. Sou contrário à criação de um cadastro desta natureza”, conclui.

**Outras visões** - Para a advogada Melissa Barufi, presidente da Comissão da Infância e Juventude do IBDFAM, a intenção primeira do legislador parece ser a de regulamentar mais uma via que, se efetivada, poderá aumentar a proteção contra a exploração sexual - abuso de alto índice praticado contra as crianças e os adolescentes. “O Projeto de Lei nº 629/2015, de autoria do Deputado Vitor Valim, tem por objetivo a criação de cadastro nacional de pedófilos. Busca reunir informações de condenados pelo crime de pedofilia, auxiliando o trabalho dos órgãos responsáveis no combate à prática de pedofilia no país e no exterior. Trata-se de ferramenta a ser mantida pelo Ministério da Justiça, que já opera, em nível nacional, através do sistema de informações INFOSEG - Integração das Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização. A importância do projeto é reunir informações relativas a condenados pelo crime de pedofilia. Pode ser considerada como mais uma ferramenta de controle aos crimes virtuais praticados em face de crianças e adolescentes. É de ressaltar que a pornografia infantil, segundo relato do autor do referido PL, é considerada um dos crimes virtuais mais denunciados no Brasil”.

Melissa Barufi ainda fala sobre a necessidade de maiores informações sobre o projeto e as pessoas que terão acesso aos dados resultantes. “Nos EUA, as informações reunidas dos pedófilos são abertas a qualquer cidadão. Há um site (<https://www.nsopw.gov/pt/Registry>) onde é possível consultar todos os dados de agressores sexuais registrados. Já na Califórnia, por exemplo, os agressores sexuais não podem viver a 0,6 km de escolas ou parques infantis. Em algumas cidades desse estado, essas pessoas não podem frequentar parques públicos ou praias. No Brasil, o assunto já vem sendo enfrentado. O primeiro estado brasileiro a enfrentar o tema do cadastro foi São Paulo, através da 4ª Delegacia de Repressão à Pedofilia. Suspeitos envolvidos em casos de violência sexual desde 2011 foram registrados em um sistema da delegacia. E o segundo é o estado de Mato Grosso, que permite a verificação livre do nome e da foto do criminoso já condenado, até que ele obtenha a reabilitação judicial. A Secretaria de Segurança Pública (SESP) é a responsável pela criação e atualização do sistema”, comenta.

A advogada explica que é possível verificar que o Brasil está seguindo uma tendência diferente dos Estados Unidos, pois os dados dos condenados somente serão mantidos no sistema até que ele cumpra a pena determinada judicialmente. “E não poderia ser diferente, porque não seria permitido, uma vez que manter os dados no cadastro, mesmo depois de obter a reabilitação, seria inconstitucional. A Constituição Federal de 1988 veda penas perpétuas no Brasil. Porém há registros na psicanálise de que pedofilia não tem cura. Mas esses mesmos estudos também dizem que há tratamento visando controlar fantasias e comportamentos parafílicos; b) controlar o impulso e as urgências sexuais; c) diminuir o nível de estresse e prejuízo dos pacientes com parafilias. Portanto, acreditamos que políticas públicas de prevenção, diagnósticos e tratamentos preventivos, bem como a inclusão social, o fortalecimento da rede de proteção para que realmente esteja capacitada, organizada, preparada e ágil no enfrentamento destas violências, são medidas importantes e necessárias para tentar frear esse tipo de violência”, afirma.

Conforme Melissa Barufi, mesmo que se saiba que em dois estados brasileiros já existe esse tipo de cadastro, ainda não há retorno sobre o uso do mesmo. “Não sabemos se haverá profissionais capacitados para criação e manutenção do cadastro em todo território brasileiro; não sabemos se a publicização dessas informações não será uma afronta aos princípios constitucionais e penais; não sabemos se haverá sopesamento entre os princípios que

protegem os réus que cumpriram suas penas e o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, o que nos leva a crer que, se a criança e o adolescente devem ser prioridade, será feita a publicização desse cadastro para que os adultos próximos do agressor possam proteger as suas crianças. Enfim, não sabemos como será a aplicação de tal cadastro. E assim, enquanto não for prioridade efetivar leis já existentes e que o legislador passe a ter responsabilidade na efetivação da lei que propõe, infelizmente não estaremos avançando na proteção de nossas crianças e de nossos adolescentes. Não se pode acreditar que com a aprovação de uma lei o problema está solucionado. Caso fosse assim, não precisaríamos de leis infraconstitucionais para preservar a vida com dignidade humana, dando prioridade absoluta aos vulneráveis”, assevera.

Por fim, Melissa Barufi menciona uma passagem do livro “O Tempo na Justiça”, da advogada Andréa Pachá, que expõe: “o ideal é que fôssemos mais responsáveis e consequentes no momento em que os direitos são positivados. O grande problema é criar a expectativa de um Direito que não chega e imaginar que, com mais leis, resolveremos as demandas. Direito no papel, expectativa no papel, Justiça no papel, revogação e limitação dos direitos no papel. Frustração em carne viva. A realidade e a política caminhando em mundos paralelos, com pouca probabilidade de um encontro no infinito”, cita.

A promotora de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Maria Regina Fay de Azambuja, vê a medida como positiva, pois, segundo ela, na medida em que se cria mais um instrumento que contempla informações relevantes sobre pessoas condenadas pelo crime de pedofilia, se torna mais fácil e ágil a troca de informações, inclusive com outros países. “Sabemos que a atuação desse tipo de criminoso não se restringe ao âmbito brasileiro. Assim, além de agilizar o processo de identificação dos criminosos, a presente medida também objetiva reduzir o número de delitos praticados contra crianças e adolescentes”, afirma.

Maria Regina Fay de Azambuja explica que este projeto de lei pode evitar a reincidência da atuação dos pedófilos, agilizar o processo de identificação dos criminosos, racionalizar e agilizar a ação das autoridades e a troca de informações e inibir a atuação dos criminosos, bem como do crime virtual organizado.



**Assunto: UNICEF sensibiliza as pessoas no Natal para que escolham presentes que salvam vidas em todo o mundo**

**Fonte: ONU**

**Data: 02/12/2015**



Uma doação de 50 reais ajuda a comprar 103 doses de vacina contra a poliomielite, protegendo dessa doença crianças que vivem em meio à violência, guerras e catástrofes naturais.

Foi lançada a campanha Natal 2015 do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com o tema “O que vale não é só a intenção. É o presente também!”. Ela mobiliza o público no Brasil a escolher presentes que salvam vidas e que o UNICEF faz chegar às crianças mais vulneráveis.



A campanha inspira as pessoas a querer ajudar crianças e adolescentes mais vulneráveis do planeta, escolhendo um presente especial para isso. Entre os vários presentes que o UNICEF pode entregar, estão vacinas, kits de purificação de água, sachês de reidratação oral, abrigo e muito mais. Crianças de várias partes do mundo vivem em meio à violência das grandes cidades, guerras e catástrofes naturais e esses presentes são fundamentais para sua sobrevivência.

“Para nós, esses são os presentes que salvam vidas e devolvem a esperança para milhares de meninas e meninos que estão passando por situações muito difíceis”, explica o representante do UNICEF Brasil, Gary Stahl.

As pessoas podem doar qualquer valor e ele será revertido para ajudar os projetos do UNICEF no Brasil e no mundo. Veja alguns exemplos de como as doações podem ajudar a salvar vidas:

- R\$ 50 – 103 doses de vacina contra a poliomielite para proteger as crianças dessa doença.
- R\$ 90 – 103 doses de vacina contra a poliomielite para proteger as crianças dessa doença + cinco dias de alimento terapêutico para duas crianças desnutridas.
- R\$ 148 – 103 doses de vacina contra a poliomielite para proteger as crianças dessa doença + cinco dias de alimento terapêutico para duas crianças desnutridas + 3.190 comprimidos purificadores de água para prevenção de disenteria e cólera.

Presentes como esses mudaram a vida de crianças como a pequena Pyae Sone. Com apenas quatro meses, ela sobreviveu às enchentes deste ano em Myanmar, quando sua família e outras tantas receberam ajuda emergencial do UNICEF, que enviou rapidamente para a região itens como água potável, abrigo, vacinas, saneamento, alimentos terapêuticos e cuidados de saúde.

Esses presentes ilustram como sua doação é transformada em ações concretas e ajuda imediata para milhares de crianças. O UNICEF aplica os recursos onde a ajuda é mais necessária, seja no Brasil ou no mundo.

Até 31 de dezembro, todas as pessoas que acessarem [www.unicef.org.br](http://www.unicef.org.br) poderão colaborar com a campanha. Quem preferir pode ligar e fazer a doação pelo telefone 0800-605-2020.

### **Como o UNICEF aplica os recursos**

Por meio das doações recebidas, o UNICEF consegue recursos para trabalhar em mais de 190 países ao redor do mundo, fazendo tudo o que estiver ao seu alcance para chegar às crianças mais vulneráveis. O UNICEF está salvando vidas, protegendo a infância, levando as crianças de volta para a escola e trazendo mais esperança e oportunidades para meninos e meninas que vivem em situações extremamente difíceis.

No último ano, o UNICEF respondeu a mais de 200 situações de emergência. Os recursos arrecadados permitem que o UNICEF monitore a situação das crianças e que esteja pronto para agir rapidamente quando as emergências acontecem.